

OBSERVATÓRIOS DE INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO: DISCUTINDO BASES CONCEITUAIS E PERSPECTIVAS DE EFETIVIDADE

Antonio Waldimir Leopoldino da Silva
(UDESC/UFSC)

Marinilse Netto
(UFSC)

Esperidião Amin Helou Filho
(UFSC)

Paulo Maurício Selig
(UFSC)

Resumo

Observatórios constituem centros de observação e análise da realidade, que procuram reunir informações, produzir conhecimentos e reflexão crítica, e disseminar o resultado de tais ações para um determinado público. Este artigo, desenvolvido por meio de pesquisa bibliográfica e documental, objetiva apresentar a caracterização e a evolução conceitual dos observatórios, bem como os elementos estruturantes e as diretrizes norteadoras que podem ampliar sua efetividade. A diversidade tipológica, organizacional e operacional dos observatórios provoca a existência de uma pluralidade de definições e semânticas, estas em permanente processo de construção e aprimoramento. O observatório contemporâneo agrega múltiplas finalidades, entre as quais atuar como fonte e acervo de informação e conhecimento especializado, gerir sistemas de indicadores, monitorar setores ou temáticas, servir de ponto de convergência e referência de conhecimento, qualificar e capacitar pessoas, e oferecer suporte ao diálogo e mobilização social. Visando adquirir maior efetividade, os observatórios devem posicionar-se como organizações de conhecimento, com visão voltada ao futuro, promovendo interatividade e participação de seu público. Devem, também, catalisar a formação de redes de pessoas e instituições, oferecer produtos e serviços customizados e contextualizados, agir na mediação do conhecimento, e submeter-se a processos de avaliação permanente e de certificação.

Palavras-chaves: Conhecimento, gestão, informação, observatório.

1 FORMULAÇÃO DA SITUAÇÃO PROBLEMA

É inegável a importância que a informação e o conhecimento assumem em todas as dimensões da vida cotidiana, seja do ponto de vista social, político, econômico ou mesmo pessoal. Todavia, em plena Era do Conhecimento, o acesso e o adequado emprego destes ativos ainda é um desafio para grande parte das organizações e da população, inclusive nos países considerados desenvolvidos. A sociedade contemporânea notabiliza-se pela existência de múltiplas fontes de informação, porém não raro conflitantes e nem sempre fidedignas ou confiáveis. Neste sentido, o excesso de informações e/ou sua complexidade mostram-se tão danosos quanto a insuficiência delas (IRACHETA CENECORTA, 2004).

A informação ocupa um papel relevante em qualquer processo decisório (TRZECIAK, 2009), fazendo com que a qualidade de uma decisão esteja fortemente relacionada à qualidade da informação usada para embasá-la. Ressalte-se, ainda, que a informação é a base para o conhecimento, o qual será incorporado de forma permanente no indivíduo e na organização através de processos de aprendizagem. Ocorre, porém, que as pessoas e as corporações são cada vez mais seletivas naquilo que necessitam e/ou buscam, verificando-se uma crescente exigência por informação especializada, sintética (concisa), focada e comprovada (credível), o que demanda organismos próprios para disponibilizá-la, de forma pública ou direcionada a setores ou instituições em particular. Observatórios de informação e conhecimento¹ inserem-se neste hiato. Assim, para Ortega e del Valle (2010, p.3), “os observatórios nascem a partir da necessidade de sistematizar as diferentes fontes de informação existentes e oferecer uma fonte de informação global”.

Ainda que decorram da intensificação dos processos de informação, comunicação e conhecimento verificada nas últimas décadas, os observatórios permanecem pouco estudados e sob limitada reflexão teórica (ALBORNOZ; HERSCHMANN, 2006; BEUTTENMULLER, 2007; SANTORO; XAVIER, 2009; TRZECIAK, 2009), fato comprovado pela escassez de publicações que abordam esta temática (ÁLVAREZ-LOBATO *et al.*, 2007; RODRÍGUEZ ROSELL; CORREYERO RUÍZ, 2008). É preciso, portanto, analisar a evolução e o desenho conceitual e epistemológico dos observatórios, visando detectar pontos a serem reparados,

¹ Assim considerados por terem a informação e o conhecimento, simultaneamente, como matéria-prima e como produto. Na sequência do trabalho, são tratados apenas por observatórios.

bem como boas práticas a serem replicadas, de modo a aprimorar a atuação e a efetividade de tais organismos. O presente trabalho situa-se nesta vertente.

2 OBJETIVOS

Este trabalho foi desenvolvido a partir dos seguintes objetivos: (i) apresentar a caracterização e a trajetória conceitual dos observatórios como instrumentos de informação e conhecimento; (ii) discutir os elementos estruturantes e as diretrizes norteadoras que possuem relevância no sentido de ampliar a efetividade dos observatórios; (iii) lançar luzes sobre esta ferramenta, evidenciando seu papel e sua importância na Sociedade do Conhecimento.

3 MÉTODO

O presente trabalho consiste de pesquisa bibliográfica e documental desenvolvida a partir de materiais que abordam a evolução conceitual e o estado da arte do tema em questão, incluindo consulta a sítios Web. Na busca em bases de dados, não foi aplicada qualquer restrição quanto ao tipo de material, data de publicação, idioma e área de conhecimento.

Pesquisa bibliográfica não deve ser confundida com revisão bibliográfica, esta um componente obrigatório de todo e qualquer tipo de pesquisa. Enquanto a revisão visa expor o conhecimento existente sobre um dado tema, a pesquisa bibliográfica examina a questão sob um novo enfoque ou abordagem, no intuito de “formular problemas” e “encontrar respostas”, ou seja, permite alcançar possíveis soluções e encaminhamentos para o problema de pesquisa.

4 RESULTADOS

4.1 Caracterização conceitual dos observatórios

Como fruto de uma sociedade que cada vez mais produz e consome informação e conhecimento, os observatórios vêm se expandindo em nível mundial, tendo, como uma de suas características, a diversidade tipológica. Não há um modelo único de observatório, verificando-se diferenças em termos de origem, temática abordada, finalidades (objetivos), metodologias, serviços e produtos, estrutura organizacional, âmbito de atuação, dependência administrativa, fontes de financiamento, grau de evolução, entre outros pontos (ALBORNOZ; HERSCHMANN, 2006; PHÉLAN, 2007). Alguns organismos funcionam como observatório sem receber tal designação (BEUTTENMULLER, 2007; GUSMÃO, 2005), porém, existem

os que, nominados como observatórios, constituem apenas bancos de dados (COSTA *et al.*, 2008). Para Barbosa (2005), o emprego do termo observatório é, por vezes, “abusivo” (p.47).

Quanto ao enfoque adotado, os observatórios dividem-se em dois grupos – territoriais e temáticos (SANTORO; XAVIER, 2009). Os primeiros estudam questões relativas a um determinado espaço geográfico, normalmente uma cidade ou uma região. Os observatórios temáticos (ou setoriais) estão voltados à abordagem de áreas específicas do campo social, político, econômico ou outro, sem restrição espacial. Todavia, alguns observatórios reúnem ambas as características, e trabalham uma dada temática em um âmbito territorial específico.

A diversidade organizacional e operacional dos observatórios reflete-se diretamente sob a forma de uma pluralidade de definições. Não há uma definição amplamente reconhecida e aceita pela comunidade científica (ORTEGA; DEL VALLE, 2010). O Quadro 1 traz um conjunto de definições, atestando a amplitude de visões e de concepções que cercam o tema.

Quadro 1. Observatório(s): algumas definições apresentadas pela literatura científica.

OBSERVATÓRIO(S)
“Organismos auxiliares, colegiados e de integração plural, que devem facilitar uma melhor informação à opinião pública e propiciar a tomada de ações concretas por parte das autoridades responsáveis” (MAIORANO, 2003, p.2).
“Dispositivos de reunião, produção e compartilhamento de informação e conhecimento que permitem a diferentes atores sociais melhor compreender, avaliar e participar da transformação e do debate acerca de um certo fenômeno ou dimensão da cultura” (KÖPTCKE, 2007, p.2).
“Local ou instância que serve para fazer observações por meio do estudo e aplicação de indicadores de medição de situações e contextos específicos; é um mecanismo que serve para estudar – a partir de observações sistemáticas – o comportamento e a evolução de fatos ou atos, com vista a influenciá-los de alguma maneira no futuro. Também é concebido como uma instância que examina e avalia o desenvolvimento de determinadas ações, visando a sua comparação com expectativas, finalidades ou padrões definidos para tal questão” (PATIÑO, 2007, p.5).
“Unidade encarregada de seguir, de maneira permanente e ampla, a evolução do território, cidade, município ou comunidade, com o objetivo de oferecer informação e conhecimento, tanto aos atores que tomam decisões como àqueles que estão envolvidos no desenvolvimento local” (PHÉLAN, 2007, p.104).
“Estrutura destinada à observação, sistematização e difusão de conhecimento sobre os diversos aspectos da realidade que se propõe a examinar” (COSTA <i>et al.</i> , 2008, p.18).
“Instrumentos que abordam o caráter complexo e multifacetado dos fenômenos sociais. Concentram-se na análise, acompanhamento e fiscalização de situações políticas e públicas, a fim de desenvolver investigações e análises sistemáticas, tanto conjunturais e estruturais das consequências, bem como dos processos que as produzem” (WALTEROS RUIZ, 2008, p.82).
“Instância que abre um espaço de reflexão e interação entre atores estratégicos, que trabalham compartilhando preocupações e perspectivas com o objetivo de executar iniciativas ou apoiar políticas públicas na direção de metas comuns em uma área temática do desenvolvimento” (OdAM, 2009, p.42).
“Dispositivo de observação criado por um ou vários organismos, para acompanhar a evolução de um fenômeno, de um domínio ou de um tema estratégico, no tempo e no espaço” (Sistema FIEP, 2007, por TRZECIAK, 2009, p.31).
“Mecanismo que fornece informações estratégicas para auxiliar na identificação de ameaças, oportunidades e tendências, além de oferecer subsídios à tomada de decisão de um determinado setor, seja em nível regional, nacional ou internacional, visando com isso incrementar o seu desenvolvimento e a sua competitividade” (TRZECIAK, 2009, p.31).
“Espaços, instrumentos, meios, formas de organização ou técnicas cuja finalidade é observar, registrar, analisar um fenômeno da realidade, seja social, político ou econômico, de um território nacional, regional ou local, com a

finalidade de produzir informação para que seja levada em conta ou discutida em um cenário de incidência em políticas públicas” (BOTERO; QUIROZ, 2010, p.2).

“Estrutura cuja atividade consiste na compilação de informação de um setor social, o diagnóstico de sua situação, a previsão de sua evolução e a produção de informes que sirvam para fundamentar a tomada de decisões diante das demandas deste setor social” (ENJUTO, 2010, p.10).

Em que pese sua diversidade tipológica, os observatórios têm em comum o fato de constituírem espaços onde se desenvolvem processos de observação e análise da realidade de um tema, comunicarem externamente os resultados de sua ação, e adotarem uma metodologia pautada no envolvimento de diversas unidades de investigação para recolher informações, conhecimento e reflexão crítica (ALABÉS, 2007; COSTA *et al.*, 2008). O Quadro 2 apresenta algumas expressões empregadas na literatura para estabelecer o conceito de observatório.

Quadro 2. Expressões que colaboram na formação do conceito de observatório(s).

- “Espaço de coordenação e construção de consensos entre diferentes atores” (TESTA, 2002).
- “Centro de produção de conhecimento, de difusão de informação, de ajuda à decisão e de apoio ao diálogo social” (FUNDACIÓN TRIPARTITA PARA LA FORMACIÓN EN EL EMPLEO, 2003, p.31).
- “Instituições que reforçam a democracia e a prática dos direitos e das liberdades” (MAIORANO, 2003, p.2).
- “Espaços de integração de informação e ideias; de inclusão de atores sociais; de facilitação para decidir cursos de ação” (IRACHETA CENECORTA, 2004, p.47).
- “Espaço de transparência sobre os fenômenos sociais” (IRACHETA CENECORTA, 2004, p.58).
- “Espaço de crescimento educativo, técnico e cultural de uma sociedade” (IRACHETA CENECORTA, 2004, p.58).
- “Centros de produção de conhecimento e serviços” (ALABÉS, 2007, p.3).
- “Espaços plurais de análise e reflexão” (ÁLVAREZ-LOBATO *et al.*, 2007, p.159).
- “Espaço plural de discussão e consenso” (ÁLVAREZ-LOBATO *et al.*, 2007, p.159).
- “Centro de inovação” (BEUTTENMULLER, 2007, p.56).
- “Estrutura de acompanhamento e monitoramento da realidade social” (KÖPTCKE, 2007, p.2).
- “Tecnologia social de gestão da informação e do conhecimento” (KÖPTCKE, 2007, p.2).
- “Espaços de intermediação entre o meramente técnico e o político” (PHÉLAN, 2007, p.117).
- “Centro de referência dos interessados em uma matéria” (WALTEROS RUIZ, 2008, p.82).
- “Centros de informação” (TRZECIAK, 2009, p.35).
- “Espaço de difusão, diálogo e debate” (UCCS, 2009, p.59).
- “Instrumento de gestão do conhecimento” (BLUMENSCHIEIN; TOMÉ, 2011, p.159).

A análise das expressões acima mostra que a semântica do conceito de observatório gravita entre termos como: dados, informação e conhecimento; produção, análise e difusão; coordenação, integração e intermediação; construção, educação e facilitação; diálogo, debate e consenso; técnico, político e social; excelência, referência e inovação; ideia, reflexão e ação.

4.2 Trajetória conceitual dos observatórios

Ainda que sua origem esteja vinculada aos observatórios astronômicos – cuja criação data do século 18 (ALBORNOZ; HERSCHMANN, 2006) – e que existam observatórios já na década de 70, os observatórios atuais dirigidos a temas socioeconômicos começam a surgir especialmente a partir do final da década de 80 e início da seguinte, na Europa (BARBOSA, 2005; MARTINS, 2007; PHÉLAN, 2007). Segundo Barbosa (2005), o período foi marcado por um conjunto de ajudas econômico-financeiras da União Europeia aos países membros, e fazia-se necessário verificar a correta aplicação dos recursos, bem como o atendimento aos acordos e compromissos políticos, econômicos e sociais envolvidos. Assim, conclui, “um dos principais objetivos dos observatórios, quando do seu surgimento, foi vigiar o cumprimento das normativas, servindo como instrumento de controle e fiscalização” (p.55). Walteros Ruiz (2008, p.81) afirma que “os observatórios são um fenômeno europeu de origem relativamente recente, criados para exercer uma função de observação e vigilância”.

Martins (2007) atribui a expansão dos observatórios à generalização da internet e da *World Wide Web*. O autor explica que, ao contrário dos observatórios pós-internet, que recebem informação de várias fontes e redes abertas, possibilitando interface junto a outros elementos do sistema, os observatórios clássicos pré-internet utilizavam sistema unidirecional, através de circuitos de investigação fechados, e que, por razões técnico-metodológicas, não propiciava interação externa. Estes observatórios – poucos e mantidos pelo Estado ou por universidades públicas – atuavam basicamente como banco e repositório de dados, sob uma estrutura burocratizada, cara, lenta e centralizada, além de completa supremacia de fontes e conhecimentos “oficiais” (MARTINS, 2007). O autor salienta que “a função de observação era exercida sempre de forma indireta e *a posteriori*” (p.2, grifo no original) e que a informação ou conhecimento “já estava ultrapassado quando chegava ao público” (p.3).

A criação de observatórios é uma iniciativa que, desde meados da década de 1990, vem se multiplicando no mundo inteiro. Um conjunto de fatores conjunturais pode explicar o fenômeno. Por um lado, é nessa época que se intensifica o processo de definição de metas e objetivos comuns para o combate à pobreza e às desigualdades no mundo, os quais resultam na formulação de inúmeros compromissos internacionais entre governos e também na criação de mecanismos mais rígidos de monitoramento e controle dos avanços em direção ao cumprimento desses acordos.

Por outro, é também essa a época em que a Internet começa a ser disseminada como meio estratégico de comunicação e a instituir-se como importante fonte de informações, tornando-se, portanto, uma ferramenta útil para o monitoramento e para a ampla disseminação de informações e dados relevantes, particularmente para os movimentos sociais articulados em redes. (MADSEN, 2008).

O direcionamento a objetivos de fiscalização política e a preponderante vinculação ao aparelho estatal, como registrado, sinalizam que, já em sua gênese, os observatórios refletem

um perfil voltado a atuar como mecanismo de apoio à tomada de decisão. Phélan (2007, p.100) menciona o trabalho seminal de Soy e Urca, publicado em 1991 (início do período de expansão dos observatórios), o qual destaca que “os observatórios constituem um instrumento de coleta, produção e análise dos dados e da informação econômica, social e territorial, com o objetivo de conhecer a situação urbana e as transformações atuais e facilitar a tomada de decisões” (p.56 do original). Soy e Urca ainda fazem referência ao papel dos observatórios no tratamento de dados, na integração da informação oriunda de fontes diversas, na interpretação dos fatos mais significativos e na criação de “indicadores específicos” (PHÉLAN, 2007).

Vários aspectos pontuados por Soy e Urca foram reafirmados três anos depois, em uma conferência da UNESCO realizada em Marrocos. A visão dos observatórios como objeto de apoio à decisão foi expressa no próprio título do evento: “observatórios de desenvolvimento e ambiente: uma ferramenta de informação e tomada de decisão”. Uma das conclusões da iniciativa aponta que a principal razão para criar um observatório reside em fornecer produtos que atendam as demandas dos usuários e que sirvam de apoio à tomada de decisão, citando, entre tais produtos, os indicadores (UNESCO, 1994). Constata-se que já nos primeiros observatórios contemporâneos ocorre gestão da informação por meio de indicadores, fato que evidencia a atuação dirigida a decisores, os quais buscam informação que, além de relevante, seja pontual e sintética. Cabe registrar o emprego de indicadores significa uma evolução metodológica, mas não supera o caráter estritamente informacional dos observatórios à época.

O documento final da conferência também retrata a situação dos observatórios nacionais voltados ao meio ambiente, nos países mediterrâneos (foco do evento). Enquanto em alguns países os observatórios constituíam extensas – mas incompletas – bases de dados, em outros os dados disponíveis eram insuficientes ou mesmo inexistentes. No tocante à implantação de observatórios na região, fica ressaltado que as iniciativas eram “claramente segmentadas” e seus resultados não poderiam ser considerados uma “referência ideal” (UNESCO, 1994, p.1).

Com a progressiva facilidade de acesso às tecnologias de informação e comunicação, os observatórios governamentais passaram a dividir espaço com um número cada vez maior de observatórios vinculados a organizações do terceiro setor. Neste contexto, ocorre, em 1995, a criação da *Social Watch*, uma rede internacional de entidades não governamentais e da sociedade civil. A *Social Watch* estimulou o surgimento de observatórios em vários países, trabalhando questões como erradicação da pobreza, direitos humanos, desenvolvimento social e discriminação de gênero. No Brasil, provocou a criação, ainda em 1995, do Observatório da

Cidadania, ligado ao Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – IBASE. A ação do terceiro setor configurará um marco na consolidação e evolução dos observatórios.

Todavia, o perfil informativo ainda dominava os observatórios europeus em meados da década de 90 e reflete-se em uma dissertação de mestrado portuguesa, datada de 1996. Nela, Santos (1996) propõe a criação de um observatório de tecnologias e sistemas de informação (TI/SI), o qual funcionaria como uma referência para intercâmbio de informações entre “os dois grandes grupos envolvidos no processo de observação”, de um lado as universidades e os centros de investigação e, de outro, os produtores, distribuidores e consumidores de TI/SI. O autor resume o papel do observatório como “um importante instrumento para fornecimento de informação atualizada da realidade das TI/SI para todos os intervenientes” (p.135). Ainda que permaneça a ênfase na função de coleta e disseminação de informação, o trabalho comprova a tendência de expansão dos observatórios cuja finalidade não é o apoio à tomada de decisão governamental, mas sim a interação com o setor produtivo e demais setores da sociedade.

Ao lado das áreas de interesse público, como a economia, os assuntos sociais ou o emprego, passaram a estar áreas de interesse de grupos específicos da sociedade, de empresas, de câmaras municipais ou de órgãos de comunicação social (...).

Ao lado das funções e objetivos tradicionais de produção, avaliação e difusão de dados de grande escala, de aconselhamento sobre grandes áreas de interesse público e de apoio à decisão técnica e política da administração pública, instalaram-se funções de observação rápida, de medição imediata de impactos (sondagens) e de intervenção direta no objeto observado. Alguns dos novíssimos observatórios têm objetivos pedagógicos, pretendem ensinar qualquer coisa, explicam como se pode fazer, recolhem e partilham dados e experiências. Noutros, os objetivos são a denúncia de situações sociais. Noutros ainda, pretende-se vender uma marca, prestar um serviço útil ou chamar a atenção para uma profissão ou para uma formação escolar. (MARTINS, 2007, p.3).

Cinco anos após a conferência de Marrocos, o evento é reeditado na Tunísia, mantendo o foco nos observatórios ambientais estatais da região mediterrânea. A ênfase na oferta de informação para subsidiar processos de tomada de decisão ainda é a tônica, como se constata na descrição do que seria um “observatório ideal”: “primeiramente, forneceria informação útil aos tomadores de decisão (...), também forneceria informação capaz de gerar um efeito positivo no comportamento da sociedade civil, e, por último, contribuiria para despertar o necessário debate contraditório sobre a relação desenvolvimento-ambiente e sobre as políticas a serem aplicadas” (PLAN BLEU, 1999, p.6). Assim, os observatórios são vistos não apenas como fornecedores de informação, mas também como espaço de debate e fórum de discussão. Igualmente relevante é o fato de o evento apontar que o papel do “observatório ideal” não é criar dados, e sim gerar indicadores, análises e relatórios mediante abordagem prospectiva

(PLAN BLEU, 1999), ou seja, evidencia-se a concepção de observatórios não mais restritos a informações do presente e do passado, mas no papel de interlocutores com o futuro.

A expansão quanti e qualitativa do “movimento observatório” persiste e se intensifica ao longo dos anos 2000, avançando no continente europeu e além dele. Madsen (2008) lista 25 observatórios da América do Sul, Nicarágua e México, e comprova que 84% surgem a partir de 2000, inclusive. Botero e Quiroz (2010) analisam 26 observatórios da Cidade de Medellín (Colômbia), verificando que 88% tiveram sua criação no período 2001 a 2010. Já Schommer *et al.* (2011) estudam 20 observatórios sociais brasileiros e constataam que todos foram criados a partir de 2006, sendo 65% nos anos 2009 e 2010. O envolvimento crescente de organismos do terceiro setor, já assinalada, é decisivo para este crescimento.

Para Enjuto (2010), as organizações sociais demonstram interesse em ser promotoras e partícipes do processo de construção de informação e conhecimento sobre a própria realidade e campo de ação. Com isto, os observatórios mantidos pelo terceiro setor abordam temáticas novas e inovadoras, frequentemente não tratadas por aqueles de origem estatal. Além disso, desfrutam de uma maior proximidade e capacidade dialógica com o público, o que permite o emprego de métodos de investigação e coleta de informações que contemplam a participação e expectativas dos usuários. Some-se, ainda, elementos como o fortalecimento da inclusão digital, interatividade permanente e instantaneidade da comunicação (ENJUTO, 2010), bem como o desenvolvimento das redes sociais e o papel por elas assumido. Como resultado, os anos 2000 marcam um significativo avanço no reconhecimento da função social dos observatórios e a intensificação de sua atuação como instrumentos de cidadania e mobilização pública. As redes temáticas² aparecem como um diferencial capaz de intensificar a troca de experiências, a parceria colaborativa e a sinergia entre diferentes observatórios.

Damas e Christofolletti (2006, p.7) destacam que os observatórios são um “advento recente que ainda desenha seus contornos”, ou seja, que se encontram em pleno processo de evolução e amadurecimento conceitual. Martins (2007, p.3) manifesta que “sendo o campo da observação atravessado por múltiplos interesses, métodos e dispositivos que se influenciam mutuamente, torna-se difícil identificar o novo estatuto epistemológico dos observatórios”. Portanto, os observatórios assumem diferentes concepções, finalidades, atividades e desenhos

² Entre as inúmeras redes de observatórios existentes, pode-se citar a *Red de Observatorios de Sostenibilidad* (Espanha), criada em 2006; a Rede de Observatórios de Imigração da Península Ibérica – 2007; a *Red Latinoamericana de Observatorios de Medios de Comunicación* (sede no Peru) – 2007; a Rede Observatório Social do Brasil – 2008; e a *Red de Observatorios para el Desarrollo Participativo* (sede na Espanha) – 2010.

conceituais. O papel de simples acervo e repositório de dados não é mais o foco prioritário, e o horizonte de ação destes organismos permanece em processo de construção e definição.

O observatório contemporâneo tem caráter multifuncional e seu perfil é estruturado a partir da associação entre sete possíveis modelos, apresentados por Rebouças e Cunha (2010): (a) centro de aglutinação e difusão de informações: realiza o papel clássico de recolher, gerar, armazenar e disseminar informações consideradas “oficiais” (isentas de interpretação e juízo de valor), agindo de forma mais sistemática e pouco interativa; (b) fiscal: atua como agente articulador da cidadania através do monitoramento e fiscalização de políticas, fenômenos e temas sociais, ou setores de atividade; (c) *think tank*: voltado a intervir na elaboração de políticas públicas, agindo na articulação de propostas e/ou como ente mobilizador e de militância política; (d) laboratório: encontrado especialmente na academia, procede análises, diagnósticos e teorização sobre uma temática, bem como a publicação de livros, revistas e artigos; (e) fórum de discussão: constitui um espaço de geração de ideias, e interlocução, debate e confronto de opiniões e posições alternativas, com exposição de críticas e comentários; (f) espaço de capacitação e educação: promove treinamentos e ações de formação técnica especializada para profissionais da área e/ou para a população em geral; (g) projetos dentro de movimentos sociais: pratica a análise de conteúdo com recortes temáticos específicos e definidos por grupos e movimentos sociais.

4.3 Finalidades dos observatórios

Segundo Nascimento (2007), os observatórios têm a função de observar, acompanhar, antecipar e monitorar o desenvolvimento de áreas de conhecimento, com olhar atento aos seus aspectos críticos, durante um período de tempo ou de modo cíclico. Já Gusmão (2005) considera que a principal missão de um observatório é “viabilizar a agregação, sistematização e tratamento ‘inteligente’ e coordenado de uma enorme gama de dados, oriundos de fontes diversas (nacionais e internacionais), de forma a garantir um maior grau de compatibilidade, complementaridade e comparabilidade entre eles” (p.1031). Estivill (2007, p.7) elenca o que chama “múltiplos objetivos dos observatórios”:

- Podem olhar, retratar, identificar, contemplar
- Podem filmar, seguir, monitorar
- Podem mostrar, guardar, inventariar, juntar
- Podem selecionar, contrastar, organizar, sistematizar
- Podem analisar, examinar, estudar
- Podem ser uma referência, um lugar de debate e participação
- Podem valorizar, concluir, sugerir, recomendar

- Podem distribuir, difundir, derivar, transferir

No atual momento de seu processo de evolução conceitual, os observatórios apresentam seis principais linhas de atuação, as quais traduzem as suas finalidades fundamentais.

- **Fonte, acervo e meio de difusão de informação e conhecimento especializado.**

Observatórios são concebidos como centros de referência em termos de dados, informações e conhecimentos (DIC) sobre uma temática, e, como tal, realizam atividades de identificação, coleta, produção, avaliação, seleção, sistematização, compartilhamento, difusão, atualização, armazenamento e descarte de DIC (GUDIÑO; D'INCA, 2007; NASCIMENTO, 2007; BLUMENSCHIN; TOMÉ, 2011). Para Phélan (2007), observatórios devem ser entendidos como uma ferramenta destinada a cobrir as necessidades de informação especializada, não raro produzida “sob medida” para os usuários. Os conhecimentos que compõem o objeto de trabalho dos observatórios incluem não só os explícitos (obtidos ou mensurados a partir de situações concretas), mas também os de natureza tácita, construídos a partir de outras formas de “leitura da realidade”, como percepções, projeções, tendências, cenarizações (IRACHETA CENECORTA, 2004), do presente ou do futuro. Os DIC fornecidos pelos observatórios têm dois focos: apoiar processos de tomada de decisão (âmbito público ou privado), e/ou produzir “informação cidadã”, destinada à conscientização e aprendizado da população em geral.

- **Produção de sistemas de indicadores.** Grande parte dos dados e informações que circulam em observatórios não é disseminada em estado bruto (original), mas somente após sua devida catalogação, seleção e sintetização na forma de indicadores, o que vem conferir maior significado e relevância ao seu conteúdo. A elaboração de um conjunto de indicadores é considerada o “coração do observatório” (PLAN BLEU, 1999, p.4; GUDIÑO; D'INCA, 2007, p.48), sua “missão primeira” (GUSMÃO, 2005, p.1031), “atividade principal” (IRACHETA CENECORTA, 2004, p.56), e “principal produto” (GUDIÑO DE MUÑOZ, 2005). Segundo ORBIS (2010), no que refere à criação e monitoramento de indicadores, um observatório deverá executar as seguintes atividades: (a) criar ou adotar indicadores relevantes para a elaboração de políticas, planos, programas e projetos e seu monitoramento; (b) avaliar a utilização prática do indicador e criar parâmetros de comparação temporal e territorial; (c) estabelecer um modelo de monitoramento capaz de avaliar as mudanças ao longo do tempo ou espaço geográfico, bem como o desenvolvimento de ações locais em tempo hábil; e (d) definir formas de representação e disseminação dos indicadores monitorados para o público desejado.

- **Monitoramento de setor ou temática.** Observatórios são centros de monitoramento por excelência, tanto o realizado sobre indicadores³, próprio de quem se utiliza destas ferramentas, como também o monitoramento sistematizado de um setor ou temática específica (ALBORNOZ; HERSCHMANN, 2006). O monitoramento representa o acompanhamento e/ou controle sobre como uma dada situação ou fenômeno se desenvolve ou transcorre no tempo e no espaço. Através dele, pode-se avaliar quanti/qualitativamente o estado em que se encontra o objeto em análise, predizer tendências futuras, comparar resultados observados sob condições similares, apontar a adoção de medidas e ações reparadoras, e maximizar os efeitos positivos passíveis de serem obtidos (GUDIÑO; D'INCA, 2007). A prática do monitoramento também possibilita a geração de indicadores ou de dados que a sustentem, em um típico processo de retroalimentação. No campo do monitoramento estratégico, CGEE (2006) aponta pelo menos três possíveis focos de ação para os observatórios: (a) monitorar a evolução de determinados campos tecnológicos ou de pesquisa que envolvem trabalho de mineração de dados; (b) monitorar o ambiente externo (economia, ambiente, etc.), visando identificar riscos e oportunidades que possam afetar a sociedade como um todo ou segmentos de interesse; e (c) monitorar as ações específicas das organizações, na forma de serviços de inteligência competitiva dirigida a empresas que busquem melhorar o seu posicionamento no mercado.

- **Ponto de convergência e articulação do conhecimento.** O observatório atua como centro articulador de atores sociais em torno de um tema ou política (BEUTTENMULLER, 2007), propiciando a reunião e ação sinérgica das várias *expertises* na área em questão. Funciona, então, como catalizador do processo de discussão e debate entre a comunidade científica (UCCS, 2009), ponto de encontro entre profissionais, pesquisadores e órgãos que trabalham com o tema (JIMÉNEZ HERRERO, 2010), elemento de conexão entre as pessoas e organizações que atuam em áreas similares (ALBORNOZ; HERSCHMANN, 2006), e fórum de encontro e plataforma de comunicação entre *stakeholders* (LUENGO RIVERO, 2010). Walteros Ruiz (2008) defende que os observatórios oportunizem espaços acadêmico-políticos para promover a análise de problemas e políticas sociais e o respectivo debate público, favorecendo a constituição de uma massa crítica que leve a resolver situações socialmente críticas. Mediante mobilização de grupos de trabalho setoriais, alguns observatórios podem organizar fóruns de discussão, e proporcionar uma infraestrutura de apoio a redes de *experts*

³ No sentido em tela, monitoramento significa “o processo de acompanhamento da dinâmica ou progressão de um indicador, realizado através da comparação dos valores de um mesmo indicador ao longo do tempo.” (ORBIS, 2010, p.11).

em temas específicos, reunindo representantes de ministérios, agências, institutos de pesquisa, além dos setores empresarial e acadêmico (GUSMÃO, 2005).

- **Educação, capacitação e formação de competências.** Os observatórios devem propiciar não apenas informação, mas também formação. Ressaltada esta condição, só operarão adequadamente mediante uma estratégia permanente de construção de capacidades, tornando natural a sua relação com instituições educativas, a qual permitirá elevar o potencial de formação e atualização do capital humano (IRACHETA CENECORTA, 2004). Para o autor, observatórios são “espaços de construção e atualização de capacidades – públicas e sociais” (p.48). Portanto, cumprem o papel de “formador de capacidades” (OdAM, 2009, p.51), e devem buscar resultados tais como “formação de recursos humanos qualificados” (GUSMÃO, 2005, p.1037), “criação e consolidação de competências especializadas” (CGEE, 2006, p.19), “formação, profissionalização e acreditação de especialistas” (ALABÉS, 2007, p.4), “treinamento de pesquisadores” (BEUTTENMULLER, 2007, p.127), e “capacitação técnica, educação cidadã” (VELÁSQUEZ BARRERO; PRIETO, 2006, p.7).

- **Suporte à participação pública e ao diálogo social.** Os observatórios representam um valioso instrumento de incentivo e apoio à participação e intervenção da sociedade civil na análise e discussão de propostas, programas e ações, notadamente as de origem governamental. Segundo Rodríguez Rosell e Correyero Ruíz (2008, p.20), “o observatório se constitui em um meio alternativo, autônomo e plural para o exercício, individual e coletivo, do direito fundamental de participação”. Este papel pode ser entendido de várias formas. Velásquez Barrero e Prieto (2006) destacam que os observatórios devem ser um meio de motivação para a participação em processos públicos de avaliação e decisão. Costa *et al.* (2008), por sua vez, referem que os observatórios podem subsidiar os organismos sociais em atividades de caráter participativo, levando-os a entender e manifestar-se adequadamente nas situações que exijam uma tomada de posição. Percebe-se, assim, que o perfil de indutor da mobilização social deve estar intrínseco à filosofia e ao modo de trabalho dos observatórios. Assumem, então, a posição de elemento mediador do diálogo social e, também, de um “diálogo de saberes”, onde devem recolher, processar e atribuir o devido valor tanto ao conhecimento científico, quanto ao conhecimento local ou “científico leigo”.

4.4 Elementos estruturantes para efetividade dos observatórios

Um observatório é estruturado a partir de elementos ou características específicas que constituem a base epistemológica, organizacional e operacional sobre a qual todo o “processo

de observar” se desenvolve. Estes elementos determinam a efetividade⁴ do observatório, e, como consequência, o seu tempo de vida. Plan Bleu (1999) destaca que a concepção inicial de um observatório deve pautar-se pela resposta a quatro questões fundamentais: “para que” (finalidades); “para quem” (público-alvo e usuários em geral); “por quem” (capital humano e institucional envolvido nas atividades); e “como” (recursos necessários e metodologia).

Em primeiro lugar, é importante que os observatórios sejam concebidos como entidades permanentes, ou seja, amparados por uma proposta de atuação de longo prazo e com duração indeterminada. Como regra, nenhum observatório deveria ser criado com vida útil pré-definida, pois o processo de observação e de construção de informação e de conhecimento pressupõe continuidade. Todavia, Santoro e Xavier (2009) entendem que os observatórios são projetos institucionais e, como tal, não são perenes. Farné (2011) reitera que pode ser fácil, embora um pouco caro, colocar um observatório em atividade; o difícil é dar-lhe sequência e sustentabilidade a longo prazo.

Um observatório deve primar pela autonomia e independência, tanto material quanto científica e de manifestação, como uma condição para adquirir e manter a credibilidade sobre suas atividades. O observatório é um projeto construído com a colaboração de múltiplos agentes, mas, segundo Costa *et al.* (2008, p.33), “deverá ser e parecer independente”. Deste modo, o observatório deve evitar vinculação com posições político-partidárias e entre seus colaboradores diretos não devem figurar os ocupantes de cargo de confiança ou de mandatos de natureza eletiva (ESTIVILL, 2007; COSTA *et al.*, 2008; TRZECIAK, 2009).

Os dois aspectos acima – caráter permanente e autonomia – podem ser mais facilmente alcançados caso o observatório esteja vinculado a uma instituição com tais características. Álvarez-Lobato *et al.* (2007) e Phélan (2007) destacam que organizações não governamentais, universidades e fundações oferecem independência e maior estabilidade como mantenedores, ao passo que a administração pública é vulnerável a mudanças políticas e/ou partidárias.

A credibilidade desfrutada por um observatório está relacionada ao seu rigor científico e à transparência na obtenção e disseminação da informação. Iracheta Cenecorta (2004) julga que os observatórios promovem o desenvolvimento e a gestão da informação de maneira sistemática, científica e participativa, resultando em maior grau de confiabilidade por parte da sociedade. Porém, para que isso seja alcançado, a informação produzida deve ter qualidade, ou seja, ser relevante, confiável, comparável, rastreável e auditável (ÁLVAREZ-LOBATO *et*

⁴ Neste trabalho, efetividade diz respeito à implementação e ao aprimoramento de objetivos, ou seja, à capacidade do observatório alcançar os resultados esperados.

al., 2007) e baseada em dados validados cientificamente (PLAN BLEU, 1999). Isso implica em idoneidade das fontes de informação e clareza de critérios de decisão sobre divulgação e compartilhamento, entre outros aspectos a serem adequadamente verificados e atendidos. O observatório deve ter transparência no registro e divulgação de metadados e metainformações, e precisa adotar a postura de revelar dados sobre si, tais como relação de colaboradores, fontes de financiamento e equipe técnica, o que raramente é apresentado em sítios da internet ou no material publicado. Enfim, os produtos gerados precisam ter sua fidedignidade e veracidade reconhecidas pelos possíveis usuários, que são, em última análise, a sua razão de ser.

Um observatório é feito de trabalho colaborativo, participativo e parcerias. Ainda que os observatórios dirijam-se a temáticas específicas, sua abordagem deve ser ampla o bastante para cobrir os múltiplos aspectos que envolvem a realidade daquele campo e que possam afetá-lo em cenários futuros. Isso remete à necessidade de os observatórios adotarem enfoques interdisciplinares, normalmente exigindo cooperação interinstitucional. Os 20 observatórios sociais estudados por Schommer *et al.* (2011) mantém parceria com outros observatórios, e 60% o fazem também com universidades, sendo que, neste caso, o propósito mais comum relaciona-se à cooperação técnica. A importância das parcerias é também destacada por Plan Bleu (1999), Costa *et al.* (2008) e Santoro e Xavier (2009).

A adequada qualificação técnica da equipe operacional é apontada como um grande desafio para o bom desempenho dos observatórios (GUDIÑO; D'INCA, 2007). Schommer *et al.* (2011) verificaram que “falta de equipe capacitada” foi o item mais referido (72% de menções) como principal dificuldade enfrentada na atividade. Farné (2011) expõe que o conhecimento e a capacitação são a essência de um observatório, e sem atualização constante há perda da capacidade de realizar as atividades e entregar produtos com a qualidade exigida. Gudiño de Muñoz (2005) sugere a adoção de um programa permanente de capacitação, dirigido aos servidores do observatório e de outros organismos da rede de informação.

Um elemento de máxima importância é o suporte financeiro do observatório, que afeta a capacidade de cumprir os objetivos, e, logo, sua sobrevivência e sustentabilidade (ESTIVILL, 2007; TRZECIAK, 2009). Schommer *et al.* (2011) referem que 59% dos observatórios sociais brasileiros avaliados têm dificuldades de captação de recursos financeiros. Some-se a isso o fato que a dependência financeira em relação a uma ou poucas entidade(s) pode levar ao monitoramento intensivo por parte desta(s), com restrição na “autonomia de observar”. Para Estivill (2007, p.7), o recomendável é que existam distintas fontes de financiamento, pois esta diversificação representa uma “medida de legitimação social, do êxito do observatório e,

provavelmente, da sua continuidade”. Além deste autor, também Costa *et al.* (2008) e Farné (2011) mencionam a possibilidade de o observatório gerar receitas a partir da comercialização de seus produtos e serviços, seja a clientes previamente definidos ou ao público em geral.

4.5 Atividades, produtos e resultados dos observatórios

Abordando observatórios de mercado de trabalho, Farné (2011, p.431) define-os como “um conjunto dinâmico de atividades e produtos”. Para o autor, as atividades consistem de ações coordenadas que permitam obter os produtos previstos, com a qualidade necessária, enquanto os produtos são bens e serviços que são oferecidos no cumprimento dos objetivos. Embora Farné (2011) se refira a observatórios focados a uma dada temática, a concepção descrita pode ser generalizada e estendida a organismos similares, independente de seu foco de atuação. É o portfólio de atividades, produtos e resultados que define a efetividade do observatório, isto é, define se a estrutura cumpre as finalidades correspondentes. A gestão do conhecimento realizada pelos observatórios deve resultar em produtos tangíveis, onde o saber especializado encontre-se sintetizado, aprimorado, explicitado e incorporado.

Dentre o variado “leque” de atividades que podem ser desenvolvidas e de possíveis produtos ofertados pelos observatórios, é possível enumerar: (a) gestão e resultados em termos de conhecimento, informação e documentação; (b) construção, monitoramento e armazenamento de sistemas de indicadores; (c) condução e publicação de pesquisas e estudos especializados, na forma de análises setoriais e de tendências, diagnósticos, dossiês temáticos, pesquisas de opinião, informes, guias, memoriais descritivos e estatísticos (tais como “anuários”), entre outros; (d) manutenção e disponibilização de um banco ou base de dados; (e) biblioteca temática/setorial especializada; (f) educação formal e não formal, na forma de cursos ou outras atividades de formação, capacitação, atualização e treinamento, presenciais ou a distância; (g) produção de materiais didático-pedagógicos para cursos próprios ou de terceiros; (h) edição e publicação de periódicos científicos próprios ou em coprodução com outras instituições; (i) promoção e organização de eventos científicos e edição de suas memórias; (j) divulgação de agenda de eventos e atividades técnicas, próprias ou de parceiros; (k) edição de boletim informativo próprio (*newsletter*); (l) produção de notícias (atualidades) ou reprodução a partir de outras fontes; (m) prestação de serviços na forma de consultoria ou assessoria; (n) produção e/ou divulgação de filmes e outras mídias visuais; (o) edição de mapas temáticos e atlas informativos; (p) disponibilização de sistemas interativos para

participação e comunicação *on line* entre usuários e destes com o observatório; (q) ações de promoção social e atividades comunitárias; (r) classificados⁵.

Deve-se registrar que a variedade de produtos gerados depende da finalidade do observatório e do público-alvo – nem todos os produtos listados acima são disponibilizados por um mesmo observatório. Os meios utilizados para divulgar e disseminar as atividades e produtos também variam de acordo com o padrão de usuário. Com maior frequência, a escolha recai sobre página Web própria, redes sociais e/ou contatos diretos por via eletrônica.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS: DIRETRIZES NORTEADORAS

O fato de existirem múltiplas visões e concepções acerca dos observatórios não impede que se estabeleçam algumas linhas-mestras de direcionamento e orientação, ou seja, diretrizes norteadoras que, adequadas aos diferentes modelos, venham a funcionar como verdadeiras “boas práticas” na condução destes organismos. A seguir, são enumeradas algumas diretrizes com elevado potencial de impacto sobre o desempenho dos observatórios.

- **Organização de conhecimento e para o conhecimento.** Observatórios devem atuar como organismos voltados ao conhecimento e à sua prospecção, criação, descoberta, ou seja, ao conhecimento novo. Isso significa romper tanto a “síndrome da mera informação”, quanto a “síndrome do repositório”, verificadas em vários observatórios. A primeira diz respeito à excessiva valorização e difusão de abordagens que apenas informam, e não geram ou propiciam conhecimento e, portanto, aprendizagem. A “síndrome do repositório” refere-se à adoção de um perfil que se limita ao registro, reprodução e armazenamento de dados e/ou informações pré-existentes. É desejável que os observatórios ofereçam bancos (bases) de DIC, de fácil e amplo acesso, mas não podem se resumir a isso. Enjuto (2010) destaca que muitos observatórios têm escassa produção própria, e somente reúnem, comparam e enriquecem as informações disponíveis, geralmente dispersas e de distintas procedências. Porém, “apresentar e divulgar informação, própria ou secundária, não é suficiente para ser um observatório” (FARNÉ, 2011, p.438). Como organizações intensivas em conhecimento, os observatórios devem realizar todos os processos que integram o ciclo da gestão do conhecimento – identificação, aquisição, criação, compartilhamento, disseminação e armazenamento. Ou seja,

⁵ “Apresentação de disponibilidades e demandas de cooperação e informações, bem como a disponibilidade de projetos de investigação para auxiliar o intercâmbio de profissionais. Os classificados geram também um guia dos atores e suas competências em que desejam trocar experiências e divulgar suas ações” (FAO, 2010, p.5).

é necessário que reconheçam o processo de criação do conhecimento como inerente à sua missão, e não apenas restrito ao âmbito e à competência de outras instituições.

- **Olhar dirigido ao futuro.** Os observatórios devem ir além de abordagens centradas no passado e no presente; é preciso que adotem um olhar para o futuro. A análise contínua do observatório sobre a realidade “importa não só para compreender o passado, mas, sobretudo, para permitir uma análise prospectiva, de forma a ‘antecipar’ os problemas que surgirão no futuro” (BARBOSA, 2005, p.48). Para Enjuto (2010), “o objetivo prospectivo do observatório pode ajudar a identificar as tendências de um setor social, a imaginar os cenários previsíveis de futuro neste setor e a agir em consequência, promovendo as ações mais adequadas de correção de uma situação prevista” (p.13). Os observatórios devem funcionar como “antenas, radares, ou faróis para antecipar ideias, tendências, iluminar caminhos futuros, identificar questões e soluções” (CGEE, 2006, p.23). É provável que este “olhar para o futuro” venha a ser o grande diferencial entre observatórios, com destacado efeito sobre sua sobrevivência.

- **Espaço para interatividade e participação.** A efetividade dos observatórios está diretamente relacionada à sua capacidade de atender as necessidades e expectativas de seu público-alvo, formado tanto pela rede de colaboradores, quanto pelos usuários. Porém, grande parte dos observatórios é impermeável à participação destes públicos como protagonistas na construção do conhecimento ou mesmo da informação. No caso dos usuários, intensificar o grau de interatividade representa, ao mesmo tempo, uma oportunidade e um desafio para os observatórios. Oportunidade, pois possibilitará a expansão de seu alcance e influência, ao conquistar maior aproximação com segmentos e atores sociais, com isso gerando produtos de natureza transdisciplinar. Desafio, porque significa administrar novas ferramentas, diferentes visões de mundo e interesses, aumentando a complexidade do trabalho. Observatórios são um instrumento ímpar no intuito de provocar a mobilização de *stakeholders*, seu engajamento a processos de construção coletiva de informação e saber e, nesta perspectiva, o resgate, registro, valorização, difusão e adequada utilização do conhecimento leigo ou local. Contudo, considerável parcela dos observatórios brasileiros mantém barreiras de comunicação ou de relacionamento com o público, verificando-se ausência de informações de contato, endereços eletrônicos e números telefônicos desatualizados ou que não respondem, e outros óbices. A adoção de uma política de interface com o cidadão deve ser um ponto focal dos observatórios.

- **Produtos customizados e contextualizados.** A sociedade atual está submetida à proliferação de fontes e produtos de informação de caráter genérico – ou seja, desprovidos de direcionamento a um foco e público –, o que leva a um excesso de informação cuja relevância

é discutível. Os observatórios não podem cometer tal equívoco, e devem estar orientados à produção e disseminação de conhecimentos efetivamente requeridos e que representem um diferencial competitivo a seus usuários. É imperativo que se busque agregar valor e qualidade à informação e ao conhecimento gerados, e não apenas retransmiti-los. Para Estivill (2007), observatórios que sabem a quem se dirigem, e que adequam os seus produtos a esses públicos, costumam ter maior impacto. Neste cenário, os resultados técnicos e sociais precisam ser construídos com base em três fundamentos que se complementam: (a) customização de produtos, buscando modelá-los conforme sua finalidade e/ou aos usuários a que se destinam; (b) opção pela informação sintética e agregada, ou seja, intensiva em conteúdo, mas concisa, a exemplo de indicadores; e (c) ênfase ao conhecimento contextualizado, que se mostre ajustado e apropriado às características específicas do sistema ao qual pretende contribuir.

- **Articulação em redes.** Para cumprir com efetividade o papel que lhes é atribuído, os observatórios devem nascer sob o paradigma da sociedade em rede (COSTA *et al.*, 2008). Neste perfil organizacional, os observatórios catalisam a formação de redes de pessoas e de instituições parceiras, bem como se estruturam em torno de redes temáticas de conhecimento com outros observatórios (IRACHETA CENECORTA, 2004), fortalecendo o seu poder de ação e de influência por meio da troca de experiências, *expertise* e informações. Para Jiménez Herrero (2010), a atuação em rede leva à utilização das melhores capacidades disponíveis nas universidades, centros de pesquisa, administração pública, setor privado e organizações não governamentais. Redes de usuários e/ou de colaboradores, por meio de comunidades de prática ou sistemas similares, podem constituir elementos valiosos no fluxo bidirecional de conhecimento – tanto no sentido de “abastecer” o observatório, quanto de disseminar a produção intelectual deste. Assim, a articulação em torno de redes é considerada uma condição *sine qua non* para a criação e consolidação dos observatórios (PHÉLAN, 2007).

- **Agente de mediação do conhecimento.** Os observatórios precisam consolidar seu espaço na sociedade do conhecimento, firmando-se como elementos diferenciados e, como consequência, necessários. Assim, não basta fazer o papel que outras organizações já fazem ou têm condições de fazer. Muitos observatórios hoje em funcionamento foram criados para tão somente promover a divulgação e disseminação de informações especializadas, e não conseguem ou desejam ultrapassar este propósito. Ainda que seja uma função com certo grau de relevância, não lhes confere essencialidade. Por isso, os observatórios devem evoluir para a condição de órgãos de mediação do conhecimento (*knowledge brokering*). Há uma sutil, mas evidente, diferença entre transmissão e mediação do conhecimento. O ato de transmitir

representa endereçar ou tornar disponível sem a prévia e exata identificação da demanda, enquanto mediar significa proceder a intermediação entre uma necessidade ou interesse conhecido e uma possibilidade ou oferta específica e direcionada. Nesse viés, os observatórios podem notabilizar-se como interlocutores ou mediadores (*brokers*) na relação entre ciência e sociedade, promovendo construção e intercâmbio de saberes, com mútuo aprendizado.

Mediação do conhecimento é (...) uma atividade dinâmica que vai bem além da noção padronizada de transferência como uma coleção de atividades que ajudam a mover a informação de uma fonte para um destinatário. A mediação se concentra na identificação e reunião de pessoas interessadas em um tema, pessoas que podem ajudar umas às outras a desenvolver soluções baseadas em evidências. Ela ajuda a construir relacionamentos e redes de compartilhamento de ideias e pesquisas existentes, e estimula novos trabalhos. A mediação do conhecimento dá suporte à tomada de decisões baseada em evidências ao estimular conexões que facilitam a transferência de conhecimento. (CHSRF, 2003, p. ii).

- **Avaliação permanente, acreditação e certificação.** Os observatórios necessitam submeter-se a programas de avaliação como condição básica para alcançarem efetividade e desfrutarem de confiabilidade, seja pública e/ou de seus órgãos mantenedores. No entanto, são raros os observatórios sujeitos a algum sistema de autoavaliação ou de avaliação externa, fato que é atribuído à falta de tempo ou de recursos (SANTORO; XAVIER, 2009). É preciso institucionalizar uma política de avaliação permanente, dispondo de ferramentas e critérios que questionem objetivos, metodologias, resultados e impacto social. A política de avaliação terá efeito ainda maior se associada a processos de acreditação e/ou certificação formatados em moldes técnicos e executados por organizações idôneas e habilitadas para tal, permitindo a devida visibilidade aos padrões de qualidade das entidades que são, de fato, observatórios.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALABÉS, G.J. **El sentido y el interés del Observatorio de Políticas Publicas del Cuerpo de Administradores Gubernamentales.** In: Congreso Argentino de Administración Publica, 4, Buenos Aires, 22-25/ago/2007. Disponível em: <http://www.sgp.gov.ar/contenidos/ag/paginas/opp/docs/2007_SENTIDO_E_%20INTERES_%20OPP.pdf>. Acesso: 28/dez/2012.
- ALBORNOZ, L.A.; HERSCHMANN, M. Os observatórios ibero-americanos de informação, comunicação e cultura: balanço de uma breve trajetória. **E-Compós**, v.7, p.1-20, 2006.
- ÁLVAREZ-LOBATO, J.A.; CHÁVEZ-SOTO, T.; GARROCHO-RANGEL, C. El observatorio metropolitano de Toluca: lecciones, propuestas y desafíos. **Economía, Sociedad y Territorio**, v.7, n.25, p.157-214, 2007.
- BARBOSA, P.A.A. **Política social e observatórios sociais e de saúde: que relação?** 2005. 164 f. Relatório de Estágio (Licenciatura em Política Social) – Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, Portugal.
- BEUTTENMULLER, G. **Observatórios locais de políticas públicas no Brasil: seu papel na produção, disseminação e transparência das informações.** 2007. 205 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo) – Escola de Administração de Empresas, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo.
- BLUMENSCHIN, R.N.; TOMÉ, M.V.F. LACIS/FAU/CDS/FGA-UnB: Inovação e sustentabilidade. **Sustentabilidade em Debate**, v.2, n.1, p.149-164, 2011.

BOTERO, S.L.; QUIROZ, J.T. **Los observatórios como herramientas de gobierno en las políticas públicas: descripción y agenda de investigación.** In: Congreso de Ciencia Política ACCPOL, 2, Barranquilla, Colômbia, 2010. Disponível em: <http://accpol.org/documentos/PONENCIAS-2010-VioSocYPaz/LA_GOBIERNO_Y_POLITICAS_PUBLICAS/SantiagoLeyva-JulianaTabares_EAFIT.docx>. Acesso: 28/dez./2012.

CGEE – Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. **Observatório de Ciência, Tecnologia e Inovação.** Brasília: CGEE, 2006. 83p.

CHSRF – Canadian Health Services Research Foundation. **The theory and practice of knowledge brokering in Canada's Health System.** Ottawa: CHSRF, 2003.

COSTA, F.E.S.; PEREIRA, F.F.M.G.; COUTO, M.F.L.M.; PEREIRA, S.R.; GOMES, J.C. **Observatório da sustentabilidade do Pantanal:** Relatório Técnico – Proposta de criação de estrutura institucional e principais atividades do Observatório. Dourados, FAPEMS, 2008. 134p.

DAMAS, S.H.; CHRISTOFOLETTI, R. Mídia e democracia: um perfil dos observatórios de meios na América Latina. **UNirevista**, v.1, n.3, p.1-11, 2006.

ENJUTO, N. Razón de ser de los Observatorios. In: OBSERVATORIO DEL VOLUNTARIADO. **Observando Observatorios ¿Nuevos agentes en el Tercer Sector?** Madrid: Plataforma del Voluntariado de España, 2010. p.10-17

ESTIVILL, J. **Panorama dos observatórios de luta contra a pobreza e a exclusão social:** contributos para o Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa. Lisboa: REAPN, 2007.

FAO. **Sistema de informação para observatório sócio-ambiental.** [Roma: FAO], 2010. 7p. Disponível em: <http://www.fao.org/fileadmin/templates/cplpunccd/Observatorio/FolderSI_VFINAL.pdf>. Acesso: 06/set./2011.

FARNÉ, S. Observatorios del mercado de trabajo: ¿Qué son y cómo funcionan? **Revista de Economía Institucional**, v.13, n.24, p.429-445, 2011.

FUNDACIÓN TRIPARTITA PARA LA FORMACIÓN EN EL EMPLEO. **Observatorios de formación continua:** estudio exploratorio. Madrid: Fundación Tripartita, 2003. 236p.

GUDIÑO DE MUÑOZ, M. Modelo de gestión integral. Observatorio ambiental y ordenamento territorial. **Revista Proyección**, v.1, n.3, 2005.

GUDIÑO, M.E.; D'INCA, V. Observatorio del medio ambiente urbano. Herramienta para el monitoreo y conservación de la biodiversidade local. **Tiempo y Espacio**, ano 10, n.13, p.36-52, 2007.

GUSMÃO, M.R.P. de. Estruturas e dispositivos nacionais de produção e difusão de indicadores de C,T&I: deficiências e possíveis avanços. **Parcerias Estratégicas**, n.20, p.1029-1052, 2005.

IRACHETA CENECORTA, A. Observar la ciudad científicamente para entender más y actuar mejor. **Cuadernos para el Desarrollo Social**, año 2, n.3, p.41-58, 2004.

JIMÉNEZ HERRERO, L.M. La medición de los procesos de sostenibilidad em España mediante indicadores. La experiencia del OSE. **Sostenible?**, n.11, p.69-123, 2010.

KÖPTCKE, L.S. **O Observatório de Museus e Centros Culturais: uma agenda de pesquisa para a democracia cultural.** 2007. Disponível em: <<http://www.fiocruz.br/omcc/media/artigoUNIRIO.pdf>>. Acesso: 21/jan./2013.

LUENGO RIVERO, A.I. Observatorio de la sostenibilidad em aviación (OBSA): Um aporte al desarrollo sostenible. **Revista Internacional Sostenibilidad, Tecnología y Humanismo**, n.5, p.129-148, 2010.

MADSEN, N. **Pesquisa sobre observatórios.** 2008. Disponível em: <http://observatoriodamulher.org.br/site/index.php?option=com_content&task=view&id=304&Itemid=140>. Acesso: 25/jan./2013.

MAIORANO, J.L. Los Observatorios de Derechos Humanos como instrumentos de fortalecimiento de la sociedad civil. **Revista Probidad**, n.24, p.1-5, 2003.

MARTINS, J. **Algumas questões em torno da problemática dos observatórios.** 2007. Disponível em: <http://www.fpce.up.pt/ciie/OCE/docs/ProblematICA_Observatorios.pdf>. Acesso: 21/jan./2013.

NASCIMENTO, M.E.M. **Mapeamento e análise de instituições congêneres:** Relatório final. Brasília: CGEE, 2007.

OdAM – Observatorio de Autonomía Municipal. **La autonomía municipal em Centroamérica y República Dominicana**. San José, Costa Rica: Fundación DEMUCA, 2009.

ORBIS – Observatório Regional Base de Indicadores de Sustentabilidade. **Construção e análise de indicadores**. Curitiba: ORBIS, 2010. 108p.

ORTEGA, C.; DEL VALLE, R.S.S. Nuevos retos de los observatorios culturales. **Boletín Gestión Cultural**, n.19, p.1-15, 2010.

PATÍÑO M., F. **Red de Observatorios de la Secretaría de Gobierno – Documento conceptual**. 2007. Disponível em: <http://www.gobiernobogota.gov.co/index.php/centro-de-descargas/doc_download/18-documento-conceptual-red-de-observatorios>. Acesso: 28/dez/2012.

PHÉLAN C., M. La Red Observatorios Locales de Barcelona, España: un estudio de casos para diseñar una propuesta nacional. **Fermentum**, n.48, p.96-122, 2007.

PLAN BLEU – Regional Activity Centre. **Workshop on Environment and Development “Observatories” in the Mediterranean Countries: Summary and Conclusions**. Tunis, Tunísia: Plan Bleu, 1999. Disponível em: <<http://www.planbleu.org/publications/Attunis99a.pdf>>. Acesso: 08/dez/2012.

REBOUÇAS, E.; CUNHA, P. Observatórios de mídia como instrumentos para (da) democracia. **RECIIS – Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, v.4, n.4, p.85-93, 2010.

RODRÍGUEZ ROSELL, M.M.; CORREYERO RUÍZ, B. Los observatorios como agentes mediadores en la responsabilidad social de los medios de comunicación: panorama internacional. **Sphera Pública**, n.8, p.15-40, 2008.

SANTORO, P.F.; XAVIER, I.R. **Observatórios e sistemas de informação em São Paulo, Brasil: resultados**. [s.l.]: [s.e.], 2009.

SANTOS, L.D. dos. **Observatório em tecnologias e sistemas de informação**. 1996. 198 f. Dissertação (Mestrado em Informática) – Programa de Pós-Graduação em Informática, Escola de Engenharia, Universidade do Minho, Braga, Portugal.

SCHOMMER, P.C.; MORAES, R.L.; NUNES, J.T.; CLAUDINO, J. **Pesquisa – Observatórios Sociais voltados à cidadania e à educação fiscal no Brasil: estrutura e atuação**. Relatório Técnico. Florianópolis, Itajaí: UDESC/ESAG, OSI, 2011.

TESTA, P. Indicadores científicos y tecnológicos em Venezuela: de las encuestas de potencial al Observatorio de Ciencia, Tecnología y Innovación. **Cadernos del Cendes**, v.51, n.51, p.43-64, 2002.

TRZECIAK, D.S. **Modelo de observatório para arranjos produtivos locais**. 2009. 236 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

UCCS – Unión de Científicos Comprometidos com la Sociedad. El observatório socioambiental de la UCCS. **Ciencias**, n.96, p.58-61, 2009.

UNESCO. **International Conference on “Environment and Development Observatories: An Information and Decision Making Tool” – Conclusions**. Rabat, Marrocos: UNESCO, 1994. Disponível em: <<http://www.planbleu.org/publications/colrabat94a.pdf>>. Acesso: 08/dez/2012.

VELÁSQUEZ BARRERO, L.S.; PRIETO, S.D. **Los observatórios para el desarrollo sostenible em Manizales, Colombia**. In: Taller Internacional sobre Gestión del Riesgo a Nivel Local, Manizales/Colombia, 28-29/set/2006. Disponível em: <http://www.manizales.unal.edu.co/gestion_riesgos/descargas/gestion/Observatorioambiental.pdf>. Acesso: 08/dez/2012.

WALTEROS RUIZ, Y. Los observatórios em las Ciencias Políticas y Administrativas: un instrumento para el analisis y seguimiento de las politicas publicas – El caso de la politica publica sobre el sistema del personal en el Estado Colombiano. **Revista Polémica**, n.9, p.78-117, 2008.